



Um ano da Ouvidos Mucos e os impactos no EaD da UFSC



Pequenos produtores de SC e MG enfrentam descaso público



Cinco anos da PEC das Domésticas: o que mudou

ZERO

Curso de Jornalismo | UFSC | Florianópolis | Setembro de 2018 | Ano 37 | Número 3



HABITAÇÃO | Página 8

Comunidade vindo abaixo

Derrubada de restaurantes e casas em Naufragados, no Sul da Ilha, são o capítulo recente de uma história de descaso e questões judiciais que se arrasta há décadas, colocando em xeque a permanência dos moradores e a preservação de atividades tradicionais

CIDADE | Página 11

Florianópolis não é lugar seguro para LGBTs

Casos de violência contra lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais na capital catarinense se contrapõem à imagem acolhedora do local para essa comunidade. A cidade dá passos lentos em direção à implementação de políticas públicas, mas ainda são insuficientes



Juliana Dal Piva é repórter da *Época* e de *O Globo*. Jornalista formada pela UFSC (2009), fez mestrado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Já trabalhou nos jornais *Folha*, *Estadão* e *O Dia*, além de ter sido uma das fundadoras da Agência Lupa. Venceu os prêmios Embratel e Líbero Badaró de jornalismo impresso e foi menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog, em 2014. Também foi finalista de inovação no prêmio da FNPI, em 2017. É autora do livro-reportagem *Em luta pela terra sem mal*, da editora Multifoco.

A última edição do **Zero** chegou novamente com uma pauta variada ao leitor do campus da Universidade Federal de Santa Catarina e uma interessante página gráfica na contracapa do jornal. Ponto para a equipe que estava atenta a uma apresentação distinta da clássica reportagem de texto. Essa *ombudsmina* avalia, porém, que o fotojornalismo caiu um pouco na edição. As duas matérias com as maiores chamadas na capa da edição demonstraram ainda dificuldades para o seu desenvolvimento. Problemas esses que talvez tenham resultado até nos títulos da primeira página.

Falta precisão à manchete “As abelhas estão morrendo”. Nenhum dado concreto é relatado para justificar a informação que causa uma certa surpresa. Afinal, por qual razão destacamos tanto as mortes de abelhas? Mesmo com uma apresentação mínima no texto de apoio, novamente, não há dados. Morreram mais esse ano? Em 2017? Em 2016? Qual instituto investigou o fenômeno? A manchete apresentada deixou mais dúvidas do que curiosidade.

Já a reportagem em si trouxe uma pauta distinta, grande mérito da repórter de identificar o problema dos agrotóxicos de outro olhar. Outra vez, no entanto, acho que ficou pouco clara a apresentação do problema. Em dado momento, a matéria diz que existe uma “morte desenfreada de abelhas acontece há décadas”. A reportagem não esmiúça essa informação concretamente ao leitor, só menciona. Em outro momento, cita-se um aplicativo com a informação de 750 milhões de abelhas mortas. Desde quando? No ano passado? Esse ano? Como é a evolução? Essas informações são cruciais para entender o problema. Faltou um olhar um pouquinho mais atento, até para dar a consistência necessária ao tamanho do destaque da matéria.

Senti a falta de um mergulho mais preciso também na matéria sobre a Operação Ouvidos Mucos. Desde o título da capa, a matéria pareceu mais uma análise do que uma reportagem de fato. Uma reportagem pode ter análise de entrevistados, mas uma matéria investigativa que se debruça sobre um inquérito de 800 páginas não deveria ser analítica. Ela deve ser sim descritiva,

excessivamente, sobre todos os fatos apontados como crimes, o que a investigação produziu. Que “Falta clareza no relatório da PF”, todos já vimos desde as primeiras reportagens sobre esse relatório. A opção de chamada deveria ser mais objetiva e algumas já foram feitas dizendo, por exemplo, que no relatório não há provas contra o reitor.

Esse tom analítico também aparece na reportagem, em si, desde o lide e nesse quesito acho que o “pecado” foi maior. A operação policial e seus desdobramentos é tão complexa que um leitor que conhece pouco a história fica ainda mais confuso. A apresentação concreta das informações da investigação só surge depois que alguns analistas comentaram o inquérito. O fato que vai ser analisado deveria vir primeiro para só depois ser analisado. Agora, desde que cutuquei a turma sobre o assunto nas colunas anteriores, acho que faltou a ousadia de fazer o inédito. Por que não ir atrás de entrevistas com os professores investigados e outros personagens centrais? Revisar locais e pessoas que tiveram papel decisivo? O caso vai completar um ano agora e a turma deste semestre ainda tem essa possibilidade.

A matéria sobre as *fake news* não deixa claro se está contando a história de um boato ou se “fabricação” foi feita a pedido da reportagem. Afinal de contas, tudo aconteceu com um aluno do curso de jornalismo que não sabemos quem é. Esse detalhe é importante para o leitor. Talvez valesse ter explicado melhor o boato, até para se entender a repercussão do problema. Sei que temos que ter cuidado para não disseminar mais as mentiras, mas acho que valia a pena nesse caso.

Por último, mas não menos importante, gostaria de pontuar a reportagem sobre os imigrantes venezuelanos. Acredito que a turma e os responsáveis diretos pela matéria acertaram em vários pontos. A matéria é sensível, descritiva, tem ambiente e um pouco de sotaque, o que casa muito com o assunto e aproxima o leitor dos entrevistados. Além disso, acho que a turma se antecipou a um assunto que se agravou muito depois da produção da reportagem e deixou o jornal quente, mesmo depois da conclusão.

EDITORIAL

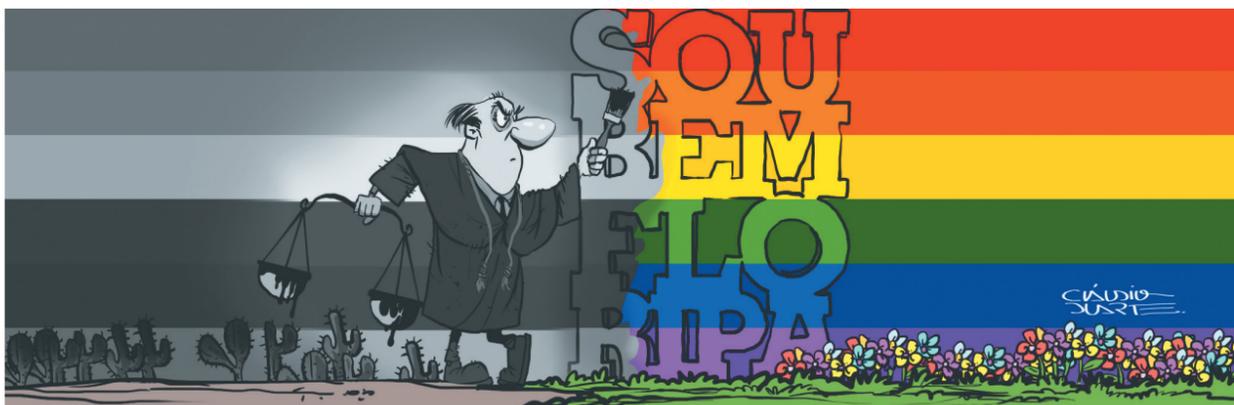
Florianópolis é uma terra de injustiças. Litígios constantes sobre posses de terreno de Marinha e áreas de preservação fazem parte da história da cidade. Quem tem dinheiro permanece com seus imóveis intactos. Em contrapartida, moradores nascidos e criados em comunidades tradicionais da ilha estão em vias de perder ou já perderam sua casa e seu ganha-pão. Nesse contexto estão os moradores de Naufragados, no Sul da capital. Esse é o tema da matéria da capa desta edição - a terceira deste ano e a primeira desta turma.

Entre direitos e sua inexistência, é preciso resistir. Fruto de decisões controversas, a realidade de casais homoafetivos que tiveram o casamento anulado levaram Florianópolis às páginas dos noticiários. Outra contradição são os atrasos na implementação de políticas públicas. Assim, trazemos a discussão sobre Floripa ser ou não a capital LGBT *friendly* como é considerada nacionalmente.

Em destaque na mídia nacional, a UFSC vive há um ano sob a sombra da Operação Ouvidos Mucos. De lá pra cá, vimos o reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo ser acusado, preso e condenado publicamente, fatos que culminaram com sua morte. O andamento do caso - ou o que é possível apurar até então - está na nossa reportagem.

Data marcante também é o aniversário de cinco anos da lei conhecida como PEC das Domésticas. Averiguamos o que mudou na relação entre patrões e empregados, principalmente após a Reforma Trabalhista de 2017. A agricultura familiar, o corte de verbas para a ciência no Brasil e um infográfico dos eleitores do estado são outros assuntos desta edição.

No desafio de produzir o **Zero**, nos deparamos com fontes pouco acessíveis e decisões difíceis. O resultado deste esforço está estampado nas páginas a seguir. Boa leitura!



ZERO

JORNAL-LABORATÓRIO ZERO
Ano 37 - N.º 3
Setembro de 2018

Mande críticas, sugestões e comentários. Participe!

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📱 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo
Centro de Comunicação e Expressão
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade | Florianópolis | SC | CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal-Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina 2000



Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 & 2017



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015



Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM NACIONAL 2017 & 2018



Reportagem em Jornalismo Impresso
EXPOCOM SUL 2017 & 2018



Melhor Peça Gráfica
**Set Universitário | PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 & 1998**

REPORTAGEM

Carolina Bernardi, Catarina Duarte, Giovanni Vellozo, Ilana Cardial, Lívia Schumacher, Maria Luiza Pires, Mariany Alves Bittencourt, Natália Walter, Pedro Bermond Valls, Pedro Cruz, Victor Lacombe

REDES SOCIAIS

Andrey Frasson, Carolina Maingué, Gabriel Gentile, Jéssica Cescon Antunes e Reginaldo de Castro

SECRETARIA

Fernanda dos Santos Felizari

FOTOGRAFIA

Aline Ramalho, Carla Mereles, Carolina Maingué, João Felipe, Linda Inês P. Lima, Manoela Bonaldo e Matheus Vieira

INFOGRAFIA

Aline Ramalho, Amanda Regina Rosa, Carla Mereles e Júlia Mallmann

CARTUNISMO

Cláudio Duarte

DIAGRAMAÇÃO

Aline Ramalho, Carla Mereles e Júlia Mallmann

PROJETO GRÁFICO

Bruna Elisa Mayer, Caroline Copatti Selbach, Ildo Francisco Golfetto, João Vitor Nunes, Larissa Karla Martinelli e Mariela Cancelier

REVISÃO FINAL

Valentina da Silva Nunes e Alggeri Hendrick

CHEFIA DA EDIÇÃO

Amanda Regina Rosa e Camila Saplak

CAPA

Ildo Francisco Golfetto e Júlia Mallmann
Foto principal: Manoela Bonaldo

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Ildo Francisco Golfetto (SC 02372-JP)
Valentina da Silva Nunes (MTB MS 14224)

MONITORIA

Júlia Mallmann

IMPRESSÃO

Gráfica Grafinoorte

DISTRIBUIÇÃO E TIRAGEM

1.000 exemplares - Nacional

FECHAMENTO

17 de setembro 2018

EaD da UFSC muda um ano após a Operação Ouvidos Moucos

Cursos a distância são os que mais tiveram alterações em seu funcionamento

Falta de professores e consequentes atrasos no cronograma foram parte da rotina dos alunos de Educação a Distância (EaD) que enfrentaram as mudanças ocorridas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), após a deflagração da Operação Ouvidos Moucos, em setembro de 2017.

Aqueles que estavam prestes a se formar tiveram a colação de grau no prazo sem grandes prejuízos, mas para o restante dos alunos as consequências foram contínuas e preocupantes. De acordo com o atual secretário de EaD, Fernando Gauthier, para normalizar a rotina desses estudantes e melhorar a administração de recursos, novas formas de gerenciamento estão sendo adotadas diariamente na universidade.

Uma dessas mudanças é o Portal de Transparência da Secretaria de Educação a Distância (SEaD), que já foi implementado e segue em andamento com o objetivo de disponibilizar informações e garantir mais transparência aos seus programas. Com ele, qualquer pessoa pode ter acesso aos relatórios de gastos, nos quais são expostos valores utilizados com bolsas e despesas em geral, incluindo o nome do beneficiado e o serviço prestado. O endereço de acesso da página é <http://transparencia.sead.ufsc.br/>.

Como os cursos a distância da UFSC são amparados por verbas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o corte desses repasses foi uma das primeiras consequências provocadas pela Operação Ouvidos Moucos, motivo que acarretou a paralisação das aulas a partir do dia 1º de novembro. De acordo com o estudante de Letras do polo de Laguna, Mar-

celo Correia da Silva, as aulas que eram para iniciar em setembro foram suspensas até abril, o que provocou a perda do semestre letivo. Ele conta que o atraso do cronograma gerou desmotivação em muitos alunos, fazendo com que sua turma de 34 estudantes retornasse com apenas 14.

As verbas da Capes voltaram a ser destinadas aos cursos EaD no fim de fevereiro, motivando uma série de mudanças na organização dos cursos. Uma delas foi a substituição da contratação de fundações de apoio para gerenciamento das despesas, que agora é feito diretamente com a UFSC. Desde a abertura dos cursos a distância, o valor distribuído pela Capes era direcionado para a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu), que contratava serviços por meio de licitações. Esta requeria uma pesquisa de preços com pelo menos três empresas para comprovar o melhor valor do serviço. A Operação Ouvidos Moucos apontou justamente que parte das irregularidades ocorriam nessas licitações, portanto, a mudança na dinâmica foi apontada como necessária pela própria Capes.

Em entrevista ao jornal **Zero**, o secretário Gauthier informou que essa nova implementação provocou alterações em todo o gerenciamento. Como os professores visitam polos de outras regiões do estado com frequência, a dificuldade em locar automóveis muitas vezes inviabiliza o processo. Além disso, a contratação de bolsistas não é mais autorizada, algo que dificulta o andamento de pesquisas e pequenas funções dos departamentos. Entretanto, ele acredita que o estranhamento com as mudanças seja provisório e que ao longo da adaptação consiga normalizar os cursos. Antes, o aluguel de carros e a contratação de bolsistas, por exemplo, eram serviços administrados pela Fapeu ou contratados por ela.

Áureo Moraes, chefe de gabinete da universidade, relembra que o relatório das in-

vestigações mencionou a possibilidade de comprar um número de carros com o valor gasto em locação. No entanto, ele afirma que essa possibilidade seria inviável, já que a UFSC recebe uma quantia com base em despesas temporárias, e acumulá-la para a compra de bens, na prática, atingiria todo o orçamento de forma negativa.

Para o estudante Marcelo, esse período de mudanças tem resultado em imprevistos no próprio curso, que além de atrasar um semestre, iniciou de forma instável, com falta de professores e impossibilidade de seguir o cronograma. De acordo com ele, a normalização vem acontecendo aos poucos, com data de início do próximo semestre previsto para setembro, já que os cursos a distância ainda possuem calendário letivo diferenciado. Essa é mais uma mudança mencionada pelo secretário, que afirma aplicar em breve uma ação de padronização nas aulas a distância assim como a modalidade presencial.

Atualmente, a UFSC mantém 13 cursos a distância espalhados pelos 34 polos de apoio. Ao todo, são cerca de 2.640 alunos na graduação, 1.080 em especialização e 860 de aperfeiçoamento. Assim como Marcelo, que teve a oportunidade de ingressar em uma universidade pública por meio do polo de educação a distância em Laguna, muitos outros alunos são beneficiados pelo programa anualmente. Desde 2009, foram emitidos cerca de 4.600 diplomas de graduação na modalidade EaD, dando oportunidade a pessoas de regiões distantes de terem acesso ao ensino superior.

O Portal de Transparência da Secretaria de Educação a Distância é uma das modificações previstas no plano de gestão do novo reitor da universidade, Ubaldo Balthazar. Em coletiva de imprensa durante a sua posse, ele citou a necessidade de projetos que valorizem os cursos de educação a distância para que as atividades se normalizem. Entre todas as ações estratégicas do plano, 35 contemplam a modalidade do

TEXTO POR NATÁLIA WALTER
nataliawalter09@gmail.com
INFOGRÁFICO POR CARLA MERELES
carla.mereles@gmail.com
FOTO POR MATHEUS VIEIRA
matheusjorvieira@gmail.com

Como funciona o repasse de verbas do ensino a distância na UFSC



Responsável pela elaboração do projeto pedagógico, pela gestão dos recursos e pela certificação dos alunos nos cursos EaD. A UFSC optou pela gestão dos cursos via fundações de apoio.
>>> veja à direita (Fapeu)

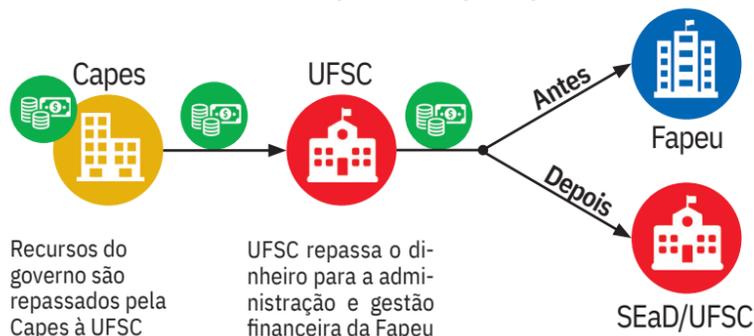


Fundação do Ministério da Educação (MEC), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é responsável por repassar recursos para a execução do Programa Universidade Aberta do Brasil na UFSC.



A Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária é uma fundação de apoio, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Fazia o gerenciamento administrativo e financeiro dos cursos de EaD na UFSC.

EaD da UFSC antes e depois da Operação Ouvidos Moucos



Os recursos eram destinados à Fapeu para contratações feitas por meio de licitações sob responsabilidade da fundação. Contudo, a Operação Ouvidos Moucos investigou desvios de recursos nessas contratações.

A Secretaria de Educação a Distância da UFSC passou a ser responsável por administrar e gerir os recursos que recebe para o funcionamento dos cursos EaD. Assim, todas as contratações de serviços devem ser feitas por ela via licitação.

Universidade Aberta do Brasil: informações sobre o programa

O que é? O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado com a missão de levar educação superior pública e de qualidade a diversas localidades do território brasileiro, mesmo as mais afastadas dos grandes centros urbanos, por meio do ensino a distância.

Quando foi criado? Foi criado pelo Decreto nº 5.800, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 08 de junho de 2006.

Como funciona? Opera com base na cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal. Os cursos são financiados e centralizados pela Capes. A implementação dos polos de apoio presencial deve ser realizada e custeada pelos municípios ou estados - muitas vezes os polos compartilham espaços públicos, como universidades, escolas e institutos de educação.

Qual a relação com a UFSC? Por meio do UAB, a UFSC oferta cursos superiores na modalidade de ensino a distância.

programa UAB. Algumas delas são o credenciamento dos campi como polos, a capacitação de professores, alinhamento do calendário e construção de parcerias.

Relembre o caso

Para alunos e funcionários que, no dia 14 de setembro de 2017, chegavam no campus de Florianópolis da UFSC, a circulação de viaturas da Polícia Federal mostrava que aquele seria um dia incomum. E não demorou para que o motivo se disseminasse pelos corredores e em toda a mídia nacional. Por volta das 6h da manhã, o reitor Luiz Carlos Cancellier e outros seis servidores haviam sido surpreendidos em casa e presos. Junto com eles, outras cinco pessoas eram conduzidas coercitivamente e 16 mandados de busca e apreensão cumpridos. Naquela manhã, era deflagrada a Operação Ouvidos Moucos, que investigava o desvio de recursos destinados ao EaD.

Os suspeitos de participar dos desvios eram Marcos Dalmau, ex-secretário de EaD; Gilberto de Oliveira Moritz, coordenador do LAB Gestão; Roberto Moritz da Nova, funcionário da Fapeu; Rogério da Silva Nunes, ex-coordenador do núcleo UAB; Eduardo Lobo, chefe do departamento de administração; e Márcio Santos, coordenador UAB. O reitor Cancellier era então acusado de obstruir as investigações e facilitar as irregularidades dentro da universidade.

Através de notas fiscais, e-mails, conversas gravadas e planilhas administrativas, o relatório apontou que os desvios teriam ocorrido principalmente no pagamento de bolsas e contratações feitas por uma das fundações de apoio da universidade, a Fapeu. Além dos professores, segundo as investigações, o suposto esquema seria responsável por beneficiar também pessoas sem envolvimento com a instituição, contratadas por meio de licitações que favoreciam determinadas empresas. Uma delas foi a SA Tour, que frequentemente locava veículos para o transporte de professores entre polos dos cursos a distância.

O número de agentes ligados à operação foi grande, assim como a repercussão em toda a mídia nacional. As primeiras manchetes afirmavam que 80 milhões de reais teriam sido desviados de recursos da UFSC, destacando principalmente a prisão do reitor. Junto com os outros seis servidores, Cancellier foi solto um dia após a sua prisão por determinação da juíza substituta da 6ª Vara Federal de Florianópolis, Marjorie Cristina Freiberg. No entanto, mesmo em liberdade, todos estavam proibidos de entrar na universidade, motivo que, segundo um bilhete deixado pelo reitor, levou-o ao suicídio no dia 2 de outubro de 2017.

A morte de Cancellier teve como consequência manifestações de protesto, a maioria delas contra a delegada responsável pelo caso, Erika Mialik Marena, a mesma que solicitou sua prisão. De acordo com o relatório, a acusação de obstrução teve como base o depoimento do corregedor da universidade, Rodolfo Hickel, que inicialmente apurava as possíveis irregularidades, ação que Cancellier havia reivindicado para si. Em depoimento, ao ser questionado sobre essa atitude, ele afirmou que sua decisão tinha como objetivo



“empregar maior celeridade à apuração visando o esclarecimento dos fatos”.

O inquérito com 817 páginas apresentou provas divergentes sobre o valor desviado. E apesar de ser o único reitor investigado, não há no relatório qualquer evidência que comprove que Cancellier tenha se beneficiado com a ação. Os 80 milhões anunciados nas manchetes, valor somado entre os anos de 2006 a 2017, não é confirmado. A quantia supostamente desviada é inconclusiva. Ao todo, 23 pessoas foram indiciadas por crimes como lavagem de dinheiro, organização criminosa e peculato. Com exceção de Roberto Moritz e Marcos Dalmau, os outros servidores continuam afastados das funções públicas e proibidos de entrar na universidade. O ex-reitor Cancellier não foi indiciado, por extinção da punibilidade, anulação que ocorre quando o acusado vem a óbito antes da conclusão do processo.

Um ano após a deflagração da operação, o processo segue em tramitação no Ministério Público Federal. O jornal **Zero** tentou entrar em contato com o procurador responsável, André Bertuol, mas ele afirmou que só irá comentar o caso ao concluir o inquérito. Ao fim do processo, ele poderá decidir pela denúncia ou arquivamento do processo, baseado em depoimentos e provas fornecidas pela investigação.

“O atraso gerou desmotivação. Uma turma de 34 estudantes retornou com 14”

Novos rumos da investigação

Quase um ano após a deflagração da Operação Ouvidos Moucos, os alvos de novas investigações foram Ubaldo Balthazar, atual reitor da universidade, e Áureo Moraes, seu chefe de gabinete. A abertura do inquérito para investigar crimes de calúnia e difamação veio da própria delegada Erika Marena, que se baseou em um vídeo produzido pela TV UFSC durante a comemoração dos 57 anos da instituição. Nele, os acusados foram entrevistados em frente a uma faixa feita por pessoas que protestavam no local contra o suposto abuso de poder das autoridades na Operação Ouvidos Moucos. Na manifestação era possível ver fotos dos responsáveis pela operação com as seguintes frases: “As faces do abuso de poder” e “Agentes públicos que praticaram abuso de poder contra a UFSC e que levou ao suicídio do reitor”.

Chamado para prestar esclarecimento na Polícia Federal, Áureo afirmou que a administração não foi responsável pelo protesto ou por qualquer autorização dos cartazes no evento, já que a universidade é um ambiente acadêmico e não impede os alunos de se manifestarem. Em entrevista ao **Zero**, ele disse estar surpreso com o motivo da intimação desde o princípio, já que sequer havia notado a faixa ou mencionado sobre o caso durante a entrevista.

Após a abertura das investigações pela delegada, o procurador da República Marco Aurélio Dutra também acatou a denúncia, afirmando que a faixa foi uma forma de ofensa à honra da delegada. Com isso, o processo foi encaminhado para a 1ª Vara Federal de Florianópolis, onde acabou sendo rejeitado pela juíza Simone Barbisan Fortes, no dia 30 de agosto. Para ela, a manifestação esteve dentro do exercício da liberdade de expressão, não sendo comprovada qualquer ofensa contra a honra dos agentes públicos mencionados. O procurador Marco Aurélio recorreu da decisão. **Z**

Investigação:

No dia 14 de setembro de 2017, a Polícia Federal realizou a Operação Ouvidos Moucos na UFSC.

Ciência no Brasil está ameaçada por cortes

O orçamento de 2019 ainda é incerto, mas governo federal considera retirar recursos da área

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou no dia 2 de agosto, em nota aberta, que o orçamento de 2019 destinado ao órgão prejudicaria gravemente a pesquisa científica no Brasil, suspendendo diretamente cerca de 200 mil bolsas. Cientistas, instituições de pesquisa, acadêmicos e estudantes de pós-graduação têm se manifestado contra o corte de recursos e em defesa da ciência pública desde então. Ainda sem definição oficial, os cortes dependem de aprovação legislativa. O orçamento federal ainda está em fase de montagem e debate, podendo ser modificado até o final deste ano, prazo para a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).



Em resposta, o atual Ministro da Educação, Rossieli Soares da Silva, declarou recentemente que não tem a intenção de aceitar cortes que afetem a ciência no Brasil. O resultado das eleições presidenciais e os ânimos populares serão fatores decisivos para ditar os caminhos do orçamento de 2019.

Pesquisa na UFSC

Se confirmados os cortes no orçamento da Capes de 2019, pesquisas desenvolvidas por professores e estudantes de pós-graduação da UFSC serão diretamente afetadas. A seguir estão algumas delas.

MovMais

É um projeto de pesquisa e extensão do curso de Educação Física da UFSC, realizado com apoio dos cursos de Farmácia, Nutrição e Medicina, com o objetivo de indicar exercícios para adultos obesos. Eles são orientados e acompanhados no desenvolvimento de rotinas que garantam segurança e eficiência em seus programas de emagrecimento e recuperação da saúde.

Segundo Giovanni Del Duca, coordenador do MovMais e professor do curso de Educação Física, a obesidade se tornou uma epidemia causada, entre outros fatores, pelo sedentarismo e alimentação precária, condicionados pelo estilo de vida da atualidade. Isso explica a importância do projeto.

Três vezes por semana, a equipe de pesquisadores recebe pessoas com excesso de peso e os auxilia na realização de exercícios aeróbicos e de musculação, além de propor planejamentos alimentares. São coletados dados referentes às suas dificuldades e construídos perfis individuais. Cada participante é auxiliado a ter a correta compreensão da dimensão dos problemas enfrentados, físicos ou psicológicos.

Projeto Bioinvasores Marinhos

Invasores são espécies exóticas, que não pertencem a um ecossistema e causam danos, que podem ser econômicos, ambientais ou de saúde pública. A equipe de pesquisadores do curso de Biologia, nesse programa, trabalha especificamente com espécies marinhas: eles mergulham para fazer monitoração, calcular possíveis danos e, eventualmente, retirar as espécies invasoras da região.

“Quando bioinvasores entram em um ecossistema do qual não faziam parte, eles podem prejudicar atividades empresariais, matando outras espécies, importantes para atividades extrativistas. Podem ainda transmitir doenças aos seres humanos”, ressalta Alberto Lindner, coordenador de pesquisas e professor do curso de Biologia. Exemplo dessa ação dos bioinvasores acontece quando o mexilhão dourado entope encanamentos e dutos de usinas hidrelétricas, ou quando o peixe-leão come em excesso espécies da fauna atlântica, prejudicando o turismo e a pesca.

SBPC manifesta preocupação

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, divulgou carta aberta assinada, logo após o alerta da Capes sobre os efeitos dos cortes do orçamento de 2019 para a ciência, lamentando a decisão, já que o Brasil é uma das grandes economias mundiais que menos investe nessa área, considerada motor para o desenvolvimento. Os valores dedicados ao governo brasileiro para a ciência costumam representar menos de 1% do orçamento geral da União.

Segundo o presidente da SBPC, cortes amplos causarão danos irreversíveis aos atuais quadros de pesquisa no país. São atividades localizadas principalmente entre as ciências duras (como biologia e química), onde o trabalho de laboratório por vezes requer a preservação de certa espé-

cie de bactéria, ou a observação de longo prazo de reações.

Outro problema grave virá com a fuga de recursos humanos: com a falta de verbas, aspirantes da ciência e do magistério irão buscar carreiras no exterior, contribuindo para o desenvolvimento estrangeiro em detrimento competitivo do Brasil. Mozart Neves Ramos, ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em entrevista ao *Radar do Futuro* informa que um professor em início de carreira ganha 11% a menos do que outros profissionais também começando no mercado. A diferença chega a 43% durante a vida profissional, e, em seus últimos estágios, pode chegar a 70%. O principal problema que desanima os jovens é a falta de perspectiva de carreira. Em divulgação oficial, a SBPC reiterou o compromisso constitucional do Estado brasileiro com a ciência, incluso no artigo 218 da Constituição Federal: *O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.*

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltará-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. **Z**

Barreiras políticas contra a ciência

O que leva a classe política a cogitar cortes em uma área tão socialmente valorizada como a ciência e o ensino superior? No Brasil, existe uma distinção legal que separa “despesas obrigatórias” e “despesas discricionárias”. As primeiras são protegidas, porque, depois de fixadas em valores, estes não podem ser diminuídos livremente. Entre as obrigatórias, estão os salários dos cargos públicos. Para cortar esse tipo de despesa, é necessária aprovação de Emenda Constitucional no Congresso Nacional. Já os gastos discricionários, que incluem ciência, cultura e infraestrutura, podem ser enxugados sem grandes esforços legais.

Ecologia:

Alberto Lindner é coordenador de Pesquisa do Departamento de Ecologia e Zoologia da UFSC e integra o projeto Monitoramento Ambiental da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (MAArE). O projeto originou um livro sobre espécies invasoras na Reserva, que vai desde o norte de Florianópolis até o município de Bombinhas.

Famílias que colocam comida na sua mesa

Pequenos produtores são vitais na economia e no abastecimento do país, mas enfrentam descaso

Agricultura familiar no Brasil é uma das mais fortes do mundo. Sozinha, gera mais faturamento na produção de alimentos do que países como a Rússia e a Turquia, e ficaria em 8º lugar entre os maiores produtores do mundo. Anualmente, são 55 bilhões de dólares, contra 29 bi do agronegócio.

Santa Catarina é líder nesse tipo de produção: 80% dos estabelecimentos são de agricultura familiar. Já em Minas Gerais, o quarto maior estado por área do Brasil, a agricultura familiar responde por pouco mais de 50% dos estabelecimentos. Nesses dois estados extremamente diferentes, problemas (e soluções) se repetem: a falta de assistência técnica, burocracia e descaso do poder público, e a necessidade de se unir em associações e sindicatos para serem ouvidos. O Zero esteve na zona rural de Minas e conversou com agricultores de lá e também de Santa Catarina sobre sua rotina, forma de organização e dificuldades.

Santa Catarina

Às seis da manhã, a agricultora familiar Tânea Mara Follmann levanta-se e inicia o dia de trabalho. As frutas e hortaliças da propriedade que arrenda recebem seus cuidados até o meio-dia. O trabalho é retomado às 14h, após a pausa para o almoço. O serviço se estende até o pôr-do-sol todos os dias, de quarta-feira à domingo. As exceções são as segundas-feiras, dia de colheita, quando o trabalho não tem hora para acabar, e às terças, quando ocorre a entrega dos alimentos em Florianópolis. Para isso, precisa sair de casa às 5h da manhã, e só volta tarde da noite.

Tânea também é mestranda em Agrossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela começou a estudar Agronomia aos 17 anos, e há três voltou às origens de sua família, tornando-se produtora. A rotina da agricultora de 32 anos, em Águas Mornas (SC), é semelhante a de outras pessoas nos 4,4 milhões de estabelecimentos no Brasil que também são estruturados em família, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os agricultores familiares que atendem aos critérios da Lei Federal 11.326/2006, que regulamenta seu trabalho, são responsáveis por 70% da produção de alimentos no país. Enquanto as grandes propriedades fornecem grãos e commodities que abastecem a indústria e a exportação, são os pequenos produtores que garantem o alimento na mesa da população. Estes são definidos pela lei como “aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento”.

A produção da agricultura familiar corresponde a 38% do valor bruto da agri-



cultura no Brasil, de acordo com dados preliminares do Censo Agropecuário, realizado em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda assim, a falta de incentivos sociais e fiscais marcam a classe trabalhadora. “A principal dificuldade é a desvalorização do trabalho e do fruto do trabalho”, aponta Tânea. “O agricultor não ser reconhecido como um profissional, um especialista naquela área, é outro problema. É como se não tivesse outra opção na vida, então é agricultor”.

Além de participar da Comunidade de Sustento à Agricultura (CSA), um sistema no qual um coletivo de consumidores financia a produção de um agricultor, Tânea coordena o Núcleo Litoral, da Rede EcoVida, composto por 11 grupos.

Márcia e Regnald Melcher fazem parte de um deles, o Grupo Água Corrente, junto a mais sete famílias da região em São Bonifácio (SC). O casal trabalha há 12 anos com agricultura. Regnald era queijeiro, mas não conseguiu se manter, e, em 2006, participou de um curso de Agroecologia na UFSC. Ele e a esposa integraram a feira no campus da capital pela primeira vez com seus morangos. Lucraram R\$ 150,00, que não foram suficientes nem para bancar o diesel da volta para casa. A paulista Márcia, por sua vez, aprendeu com o marido a valorizar a “arte de botar na terra”.

“A gente não é levado a sério”, critica Márcia. “A gente se sente uma formiguinha no meio de tudo”. Mesmo em sua cidade, São Bonifácio, onde a agricultura familiar tem forte presença, o casal garante que a maior parte das produções são de grandes agricultores ocupando a terra de pequenos. A 500 km dali, no oeste catarinense, Alexandre Bergami, de 42 anos, enfrenta a mesma situação, e man-

tém um aviário há 28 anos. “O sistema é bem organizado, mas exploram muito. Não pagam a lenha e a água que a gente usa, e a mão de obra sai bem barata”, explica o agricultor, hoje integrado à Aurora e anteriormente, à Sadia. O produtor se mantém nesse modo de atuação porque o investimento pessoal costuma ser alto e abandonar a estrutura não é uma opção.

Como coordenador estadual da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF/SC), Alexandre aponta a falta de sucessão das propriedades como um dos principais problemas. O envelhecimento da população rural e a falta de políticas públicas que incentivem os jovens a participarem provocam o êxodo. “São 168 mil propriedades ao todo no estado, sendo que mais de 30 mil não têm sucessores”, afirma. De acordo com os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, 34% de todos os agricultores catarinenses têm mais de 60 anos, enquanto 63% encontram-se entre 30 e 60 anos.

Além do viveiro de aves, a produção de milho, leite, pães e laranjas orgânicas acontece no terreno de Alexandre. As frutas são colhidas entre outubro e março e espera-se que a comercialização aconteça através de editais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável pelo repasse de fundos voltados para merenda escolar. A Lei Federal 11.947/2009 determina que 30% do valor recebido pelos municípios e estados deve ser utilizado para compra de alimentos diretamente da agricultura familiar e de empreendedores rurais. Em 2016, de acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Educação, 36,4% do valor recebido pelos municípios de Santa Catarina foram revertidos em aquisições de agricultura familiar. Neste

Importância: Agricultura familiar brasileira produz mais alimentos do que países inteiros, como a Rússia e a Turquia, e ficaria em 8º lugar no ranking mundial.

ano, porém, os editais foram publicados, as cooperativas credenciadas e os agricultores notificados - no entanto, o Estado não efetivou a compra. “Um dos problemas que a gente tem é o suco. O agricultor fez o suco, organizou nas embalagens e até agora não compraram. O agricultor não vendeu, não teve a receita, tem gasto com estoque e ainda tem de se preocupar com a validade”, explica Alexandre.

Minas Gerais

O sol de fim de tarde ilumina, por entre as frestas dos eucaliptos, a poeira que sobe da estrada de chão do distrito de Alto Capim, município de Aimorés, em Minas Gerais, na divisa com Espírito Santo. A cada carro ou motocicleta que passa, uma nuvem de pó se segue, e o silêncio de uma tarde preguiçosa de quarta-feira na roça é quebrado pelo ronco do motor, que cresce com a mesma velocidade que some.

De costas para o terreno onde planta hortaliças, Luciana Tavares cruza os braços e observa os carros, franzindo o rosto para enxergar contra a luz, à espera do caminhão que deve chegar para levar seus produtos para a feira. Natural de Imbiruçu, MG, Luciana é uma mulher negra, alta, com o rosto marcado com linhas que indicam que franzi-lo não é incomum. Aos 37 anos de idade, ela não se lembra de uma época quando não mexia na terra. “Eu gosto é disso. Conviver com as pessoas, plantar, cuidar da terra. É um trem que eu gosto”. Luciana e seu marido, Egmar, são agricultores familiares em um dos estados onde esse modelo compete com o de grandes produtores.

Em Minas, de acordo com os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, pouco mais de 50% dos estabelecimentos são de agricultura familiar. A pesquisa ainda não informa qual a área dessas propriedades em comparação com os latifúndios. Mas, em contraste com os números do resto do estado, o distrito de Alto Capim é uma exceção: lá, 95% dos produtores são agricultores familiares.

Para Luciana, o principal problema é a falta de investimento em infraestrutura. A partir de sua casa, o próximo trecho asfaltado fica a 60 quilômetros de distância, trajeto que costuma durar duas horas e meia quando o tempo é bom e a estrada não vira lama intransponível. “Mas já foi mais difícil. Hoje pelo menos as crianças conseguem ir pra escola. Eu mesmo não tenho estudo porque não tive essa oportunidade, mas quero que meus filhos estudem.” Luciana e Egmar têm dois: a mais velha Maria e o caçula Cauã.

O caminhão chega, e a conversa precisa ficar para outra hora. Luciana se apressa com as caixas cheias de alface, mandioca, alho, batata doce, inhame. O transporte dos produtos até a feira de Roseiral, distrito vizinho, é organizado pela Associação do Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Capim (Adafac), da qual a família da mineira natural de Imbiruçu faz parte, assim como 107 outras.

A Adafac tem a importante tarefa de representar os agricultores do distrito junto ao governo, e assim conseguir verbas com editais que licitam a compra de



alimentos. No momento, os agricultores de Alto Capim participam do PNAE, e são responsáveis pela alimentação de 32 escolas, estaduais e municipais, nos municípios de Aimorés e Mutum.

Além disso, a Associação compra e revende os produtos das famílias em feiras e supermercados, repassando todo o dinheiro para seus membros e assumindo os custos do transporte. Para pagar por isso, pelo salário dos funcionários da Adafac e pela fábrica de doces artesanais que foi montada recentemente, os associados contribuem com 7,5% do valor dos produtos. Mas a principal fonte de renda é o PNAE: Josefa Cândida da Silva, presidente da Adafac desde 2016, conta que participar do edital “é algo que não seria possível sem nossa associação. Se algo acontece na produção, o produtor familiar individual fica sem atender a escola. Mas como associação, a gente se apoia e consegue entregar”.

**“Não
somos reconhecidos
como profissionais.
É como se não
tivesse outra
opção na vida,
então é agricultor”**

Para ela, a comunidade é muito unida, apesar da falta de apoio técnico do governo. “Ainda não temos sede, e nossa fábrica de doces artesanais não tem os equipamentos adequados. Agora estamos tentando recurso com a Vale [empresa privada de mineração].” Os dados do Censo Agropecuário de 2017 corroboram a afirmação: em Minas Gerais, apenas 26% dos estabelecimentos agrícolas recebem assistência técnica.

A maioria da produção dos associados são alimentos não-químicos, ou seja, que não utilizam agrotóxicos mas ainda não foram certificados como orgânicos. “O orgânico é um investimento de longo prazo, e por aqui as pessoas não têm dinheiro pra fazer isso”, diz a presidente.

Josefa tem 27 anos e, como a imensa maioria dos moradores de Alto Capim, é agricultora desde a infância. Uma mulher negra com uma voz baixa mas decidida, ela não gosta de falar de si mesma, e em momento algum menciona suas próprias conquistas, que são várias. Em 2015, Josefa foi a Roma a convite da ONU para apresentar o trabalho da Adafac como uma das iniciativas pioneiras no combate à fome. “A ONU lançou uma campanha para escolher dez projetos no mundo que fossem boas ideias para a erradicação da fome. Enviei um vídeo e fui a selecionada da América do Sul”. Josefa, que nunca tinha saído de Minas, passou oito dias na Itália. Lá, seu projeto foi avaliado por um painel de especialistas, que sugeriram estratégias para a manutenção e ampliação da Adafac.

Josefa não pretende ficar na Adafac para sempre. “Quero exercer minha profissão, ser professora. É o meu sonho, dar aula no Alto Capim.” Mas ela não descarta o trabalho com a terra: “Quero poder ajudar as pessoas, pra desenvolver o local.” **Z**

Comunidade:

Luciana faz parte da Associação do Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Capim (MG), entidade que permite que os agricultores, em conjunto, alimentem escolas da região.

À deriva em um mar de incertezas

Em Naufragados, demolições são parte dos problemas que atravessam décadas

TEXTO POR GIOVANNI VELLOZO & MARIA LUIZA PIRES
giovannivelozzo1999@gmail.com & marialuizapires@hotmail.com

FOTO POR MANOELA BONALDO
manoelabonaldo@gmail.com
INFOGRAFIA POR ALINE RAMALHO
aline.ramalho.alr@gmail.com

Nove horas da manhã. Andrino Santino Borges, o seu Andrino, descia sozinho a trilha que ele ajudou a abrir e consolidar nos últimos 50 anos. Ela separa a praia de Naufragados, uma das comunidades mais tradicionais do Sul da Ilha, onde ele mora, da rodovia Baldicero Filomeno. O objetivo era fazer compras no Ribeirão da Ilha, de “coisa pra comer”. Não deu. Quase uma centena de policiais militares, a pé e a cavalo, estava justamente na saída da trilha. “Eu desconfiei deles”, conta Andrino. “Na mesma hora, ‘volta’, e fui na frente, porque senão não me deixavam passar.”

O senhor de 76 anos não sabia direito, mas intuiu bem na desconfiança. Naquele dia, o policiamento fechou todas as entradas de Naufragados até às cinco da tarde. Estavam em apoio à demolição de dois restaurantes: o de Andrino e o Golfinho Azul, de propriedade de Flávio Argino Martins, o seu Cacau, de 67 anos. Pescador há quase meio século, seu Cacau foi surpreendido sozinho na própria casa, em cima do estabelecimento comercial. Em seu caso, mesmo sem estar na sentença, a casa foi derrubada, além do restaurante. “Não teve o que fazer. Muita gente, muita polícia”.

A derrubada, feita por uma empresa terceirizada contratada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), cumpriu as sentenças finais de duas ações civis públicas. Elas foram ajuizadas pelo Ministério Público Federal no ano 2000, colocando como co-autores a União, a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA, atual Instituto do Meio Ambiente, o IMA) e a FLORAM. A Fundação justificou o policiamento via assessoria, afirmando que “a mobilização de força policial é requisitada quando a autoridade fiscalizadora (FLORAM) julga ser pertinente para o cumprimento da sentença ou da ação demolitória realizada em Área de Preservação Permanente (APP) e que não estejam comprovadamente ocupadas”.

Em 18 anos, uma sequência de sentenças na Justiça Federal pediu a demolição não só dos restaurantes, mas também das casas de Andrino e Cacau. Depois, houve recursos das partes e tentativas de conciliação. Uma delas foi uma audiência promovida em 2015 pelo procurador do MPF Eduardo Barragan que afirmou a possibilidade de um estudo socioantropológico da comunidade. A ideia era constatar a tradicionalidade da região, que poderia garantir a permanência dos moradores. O professor especialista em Direito Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), José Rubens Morato Leite, afirma que o fator temporal é válido e precisa ser estudado. “Quando você faz um ato em um tempo em que as regras eram de tal forma e você obedeceu as regras, tecnicamente você tem um direito adquirido”, ressalta.

O estudo antropológico resultou apenas em um parecer mais curto, feito por iniciativa da Associação de Moradores da Praia de Naufragados (AMOPRAN), entidade comunitária fundada em 1986. Na Justiça, não houve o reconhecimento da tradicionalidade. No Ministério Público Estadual, o Promotor José Eduardo Cardoso afirma, via assessoria do Ministério Público Estadual, que não há tradicionalidade porque “as pessoas que lá estão são indivíduos que possuem domicílio em outro local e decidiram edificar naquele lugar para ter casa de praia, refúgio de férias ou finais de semana, ocupação para fim diverso e, em pouquíssimos casos, ter uma moradia para viver”. Ele salienta também a falta de infraestrutura, principalmente a de saneamento.

Na História, a Naufragados de seu Andrino e Cacau aparenta ter um bom tempo de vida e tradição. O nome do bairro, por exemplo, vem do início da colonização, com o registro dos primeiros naufrágios ocorridos na Ilha em 1516. A ocupação tem registros um pouco mais recentes, no século XIX, depois da construção do Farol de Naufragados, em 1861.

Há pelo menos 50 anos, a pesca é a principal atividade econômica da região. Era comum entre os anos 1960 e 1990 um fluxo de pescadores no bairro nos períodos de safra, construindo pequenos ranchos de palha à beira-mar, destruídos depois do período. Hoje, por motivos ambientais, essa prática foi extinta, mas o apelo dos peixes, não. Em 2013, os pescadores ganharam o “Troféu Tainha” por ter sido a comunidade que mais pegou exemplares do peixe durante a safra na Ilha.

Um dos responsáveis por esse feito é Nivaldo Rodolfo Cunha, de 67 anos. Morador atualmente da Tapera da Barra do Sul, ele nasceu e cresceu em Naufragados. Dedicou-se à pesca durante 29 anos de sua vida. Antes dele, seu pai, seu avô e seu padrinho já eram pescadores. Também se assustou muito com a demolição. “Quem conheceu Naufragados como a gente conheceu, pra do nada fazer aquilo ali como fizeram... Tem pra mais de 200 anos aquilo ali.”

Os casos Andrino e Cacau

Em 2017, as últimas revisões dos dois processos terminaram desfavoráveis para seu Andrino e Cacau. Mas com garantias: as casas dos dois não poderiam

ser afetadas, e um mandado exigindo a retirada de bens seria entregue em mãos com no mínimo 30 dias de antecedência da demolição.

Faltou combinar com a vida real. “Não entregaram nada, só mostraram um papel [no dia da demolição] e não assinei nada”, afirma Andrino. Cacau também não fazia ideia da data da demolição. Até há um mandado oficial, supostamente entregue e rubricado pelo pescador em 2017, mas que ele mesmo não reconhece. Resultado: acordou assustado ao som das marretadas e ganchos quebrando as paredes da parte de baixo. Mais tarde, os mesmos instrumentos se abateriam sobre armários e eletrodomésticos da família.

“Ele [Cacau] ligou pra mim na hora, tem pressão alta, problema do coração, como que uma pessoa dessa vai ficar dentro de casa assim, como?”, pergunta, ainda emocionada, Sueli Scazel, companheira de Cacau há mais de 20 anos. Ela vivia com ele e com o filho Rafael em Naufragados, mas no momento da ação estava trabalhando como diarista no centro da cidade. “O Rafael queria subir pra ir atrás do pai”, conta Sueli. Por telefone, ela orientou o companheiro a sair da casa. Depois que ele saiu do bairro, “o vizinho Valdir foi lá pra buscar a sacola de remédio [de Cacau] e eles não deixaram. Onde que tá os nossos direitos humanos?”.

Da casa de Cacau e Sueli só restou entulho, que vem sendo recolhido pela FLORAM nas últimas semanas. Cacau não teve condições para retornar ao bairro. Vivia por lá desde a adolescência, quando começou a participar da pesca da tainha. Desde 1972, quando comprou uma parelha de pesca na praia, tirava o principal sustento da região. Por ora, é numa casa herdada da mãe de Sueli que a família agora mora provisoriamente, na Caieira da Barra do Sul.

Ao lado, Andrino permaneceu com a sua casa e até limpou a área do seu finado restaurante, mas nem por isso sua situação se acalmou. “O que eles tinham pra demolir meu, demoliram. Mas tiraram meu lazer e meu pão. O que é que eu vou comer? Não sou gafanhoto”, reflete ele com a esposa. Vivendo sem a complementação do restaurante, restou apenas o salário de aposentado da pesca, assim, teme não ter mais recursos para os remédios que deve tomar diariamente sob prescrição médica.

O argumento aceito para a retirada dos dois estabelecimentos é duplo. O primeiro é que os restaurantes estão em uma propriedade da União, o chamado Terreno de Marinha. Ele é caracterizado por estar dentro de uma faixa de 33 metros antes da Linha de Preamar Média (LPM), definida pela Secretaria do Patrimônio da União, que consideraria a linha do mar no ano de 1831. O outro argumento usado é o de Área de Preservação Permanente, pelas ocupações estarem em região de restinga.

Há quem conteste. É o caso do engenheiro agrônomo Ricardo Luiz Scherer, responsável em 2009 pelo zoneamento da Área de Preservação Ambiental (APA) do Entorno Costeiro, onde a parte terrestre de Naufragados se situa. Para ele, a marcação do Terreno de Marinha não se aplica. “Quem diz isso são os próprios mapas delimitados pela Diretoria de Hidrografia

“O que eles tinham pra demolir, demoliram. Tiraram meu lazer e meu pão. O que é que eu vou comer? Não sou gafanhoto”



e Navegação da Marinha. O diário do Estado de Santa Catarina define que aquilo é uma ZEIA - Zona Especial de Interesse Ambiental, em 2010. A ZEIA pertence à APA do Entorno Costeiro”, coloca Scherer. Até hoje, tirando a região central e o continente, não há uma homologação de todos os Terrenos de Marinha, o que motiva lutas comunitárias em outros bairros da Ilha, como a Daniela e o Carianos.

O engenheiro agrônomo também contesta o argumento a respeito da restinga. Segundo ele, o atributo naquele espaço não é apenas ambiental, mas socioambiental. “Você não pode dar prioridade ambiental, porque o restante, onde já tinham pessoas, fica à parte. Exceto se prejudica a saúde pública, mas nós estamos discutindo de 535 hectares, 77 hectares, dos quais a comunidade ocupa apenas 7,7. Insignificante”. O artigo 225 da Constituição menciona o equilíbrio entre a preservação e a comunidade, assim um Plano de Manejo construído entre Prefeitura e moradores poderia tornar os indicadores ambientais melhores impostos. “Tá uma bagunça. O abandono do Estado gerou uma ocupação irregular”, afirma.

Procurados, a assessoria do juiz Marcelo Krás Borges, responsável pelas questões ambientais da Justiça Federal em Florianópolis, afirmou que ele não dá entrevistas sobre assunto transitado em julgado. O procurador do MPF Eduardo Barragan não quis comentar sobre os casos.

Comunidade vindo abaixo

Demolições não são novidade na praia de Naufragados. Em 30 de setembro de 1999, uma ação administrativa da FATMA e da Polícia Ambiental fez a derrubada de 20 casas na parte litorânea. Motivada pelo Ministério Público Estadual, essas primeiras demolições foram extrajudiciais. Ao longo dos anos 2000, os moradores começaram a ter a sua permanência questionada por processos na Justiça, na forma de ações civis públicas. Nesse sentido, os casos de Andrino e Cacau são únicos,

por terem como objeto a presença deles em um território federal. As demais ações tiveram origem na esfera estadual.

Essa diferença remonta a 17/03/1977. Naquele dia, por meio do decreto 2.335, o Governo do Estado determinou como de utilidade pública a área da Praia de Naufragados para uma anexação ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, criado dois anos antes. Com isso, seria feita uma desapropriação dos imóveis e dos moradores, já que o Parque era de Proteção Integral, não permitindo qualquer habitação.

Seria. Além de não ter ocorrido nenhuma ação do tipo, em 1982 o decreto nº 17.720 de retificação do território do Parque sequer inclui Florianópolis em seu território. A situação continua nas duas retificações feitas em 1997 e 1998. Segundo o artigo 10º do decreto de desapropriações federal, o 3.365/1941, se não há a desapropriação em no máximo cinco anos depois de uma declaração de utilidade pública, a ação sofre “decadência”.

Contudo, até hoje, não houve nenhuma revogação do decreto de 1977 pelo governo estadual. Assim sendo, para Alexandre Waltrick Rates, presidente do IMA-SC, não há dúvida: “um decreto que não foi revogado continua valendo, mesmo que venha um outro decreto depois. E isso é matéria

que foi debatida já no Poder Judiciário e se entendeu que sim, é área do Parque”, crava.

Alegando como Parque, o Ministério Público de Santa Catarina, na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, fez Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com cada morador, a partir de 2001. “Era assim: senta na frente de um promotor, ele diz ‘você não vai ser processado, sai de lá, e a FATMA e FLORAM que são rés vão lá [demolir].’ Se não aceitar, aí vem um processo cível e um criminal”, explica Ademar do Espírito Santo, o Mazinho, presidente da AMOPRAN. Segundo ele, nesse período se descobriram até algumas irregularidades, com proprietários de terra que tinham chegado nos anos 1970 e 1980, após a criação do Parque. Sem nenhum aspecto tradicional, ele os chama de “invasores”. “Nesse momento a gente sabe quem ocupa e quem invade”, conta. “A invasão é com intenção ilícita. Porque quem não tinha nenhum vínculo não queria se incomodar com ‘esse negócio’”, e aceitava os termos do TAC. Em dez anos, a população diminuiu de pouco mais de uma centena de pessoas para 33 moradores.

Mas não foram todos assim. Quanto aos moradores que permaneceram, foram ajuizados processos tanto para o crime ambiental quanto para a demolição. Segundo a dissertação de mestrado em educação “De Naufragos a excluídos: (des)caminhos da preservação ambiental na Praia de Naufragados”, de Georgia Maria Puluceno dos Reis, entre 1999 e 2011, 81 imóveis foram demolidos. Na mesma pesquisa, foi constatado que, apesar de não haver sequer uma condenação por crime ambiental nos processos (12 a favor, zero contra), praticamente todos as ações de demolição tiveram desfecho desfavorável à comunidade (um a favor da permanência, 34 contra). Atualmente, segundo a FLORAM, não há nenhuma demolição prevista para a área de Naufragados.

Em 2018, 33 moradores continuam na comunidade, e desses apenas três conseguiram um acordo na Justiça garantindo a permanência. O restante segue com as ações, que desde 2017 estão sendo ajuizadas pela 22ª Promotoria de Justiça da Capital

Demolição: O casal Nieta e Andrino na janela da casa que sobrou após a derrubada. Perderam parte da fonte de renda por causa da destruição do restaurante e agora temem a falta de dinheiro para o próprio sustento.

“Desde 1999 são feitas demolições, diminuindo em pelo menos três vezes o número de habitantes”



com o promotor de Justiça Felipe Martins de Azevedo sendo o responsável titular pelos casos. A assessoria do MPSC afirma que ele somente vai ter contato com as ações na medida em que o Poder Judiciário demandar alguma manifestação do Ministério Público, e procura se abster de comentários no momento.

Esperança

As demolições feitas em primeiro de agosto repercutiram na cidade, a partir de vídeos da ação da FLORAM, filmados pelo morador nativo Ramatis Ferreira, o Rama. Na semana seguinte ao ocorrido, os vereadores Pedrão (PP), Lino Peres (PT) e Marquito (PSOL) estiveram no local. Em entrevista, Pedrão diz não se conformar com as demolições, e afirma que a Justiça está sendo seletiva. “Se os bares do seu Andrino e Cacau foram para o chão, o *beach club* de Jurerê Internacional que está em área de Marinha também tem que ir”, contesta.

No dia 15 de agosto, a Câmara de Vereadores de Florianópolis fez uma sessão a respeito de Naufregados, que contou com a presença de boa parte da comunidade, in-

cluindo seu Andrino, Cacau e Sueli. Foi protocolada ali a criação de uma Comissão Especial para confirmar o aspecto histórico e tradicional da comunidade. A ideia é que, servindo o caso de Naufregados em questão da urgência, posteriormente a comissão possa avaliar outras comunidades com processos de demolições em Florianópolis.

Depois, a Câmara vai encaminhar essas comunidades para o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município - SEPHAN, órgão histórico da cidade. Com estudos que comprovem que a comunidade é tradicional, Naufregados se encaixaria definitivamente como uma Área de Preservação Cultural no Plano Diretor da cidade, estando com mais respaldo jurídico contra as demolições.

De suas partes, os advogados também estão planejando atividades. Nerilson Almeida Silva Júnior, advogado de Andrino, esteve presente na sessão da Câmara junto ao cliente. Ele espera que a visibilidade do caso consiga unir a comunidade, agindo na Justiça. “O próximo passo é a mobilização”, pontua. “O que está acontecendo é uma conscientização de que não basta informar a Justiça o que é a história de

Naufregados. Eles têm que informar como autores de ações.” Sobre seu Andrino, Nerilson afirma que também vai entrar com o cliente buscando indenização na Justiça, mas que não pode afirmar quando, nem como, por estratégia jurídica. “Mas o seu Andrino tem que ter, sim, uma regulamentação, Naufregados todo deve ser regularizado, não só a parte dele.”

O defensor de Cacau e Sueli, Francisco José Cidral, também vai tomar suas providências. Cidral afirmou que a necessidade de reparação é clara. “A Justiça tinha dado uma decisão de derrubar somente o bar ou interditar o bar, porque o direito de moradia dele foi respeitado. Isso [que aconteceu] não poderia existir”, crava. Mas para agir, seria preciso ainda conversar com Cacau, o que fará nas próximas semanas.

Se depender de Sueli, ação não vai faltar para reaver a casa. “Hoje eu agradeço a Deus por ele estar vivo, o resto a gente sabia que tinha recurso, podia brigar, lutar, gastar, se já não tem muito, tem que gastar o pouco que tem com isso. E que Deus ajude a gente e dê força pra lutar com essa situação. É uma batalha”. **Z**

Acima: Infográfico de Naufregados feito a partir da imagem satélite do Google Earth.

Abaixo: Tudo o que sobrou da casa e do restaurante de Cacau e Sueli: uma montanha de entulho. Desde 1999, as construções vêm sendo demolidas, o que incentivou a baixa do número de habitantes de Naufregados em pelo menos três vezes.

Sobreviver e resistir no paraíso

Violências contra a população LGBT de Florianópolis desfazem imagem acolhedora da capital

Haziel voltava para casa fantasiado de mágico. Era madrugada de domingo do carnaval de 2017, quando ele, morador de Florianópolis desde que nasceu, caminhava em rua próxima à praça Aderbal Ramos da Silva, no Estreito, acompanhado de outro rapaz. Trocaram um beijo ao se aproximarem da casa de Haziel quando um homem os abordou. “Ele disse que era o ponto dele, e que não queria ver aquela baixaria ali”. Ele bateu nos dois e em mais duas pessoas que tentaram intervir. Após conseguirem escapar e se abrigarem em um posto de gasolina, Haziel ligou para a polícia.

“Os policiais chegaram e disseram que não poderiam fazer nada, pois eles tinham escolta pra fazer às seis da manhã. Falaram que a gente teria que esperar até segunda para fazer um boletim de ocorrência”. Para explicar em casa o que aconteceu, Haziel precisou se assumir para a família. “O maior choque para o meu pai foi eu ser gay, e o jeito que ele lidou com isso me magoou muito, pois ele falava como se eu tivesse me metido em uma briga de rua. Eu não me meti em briga, eu fui agredido.”

Isis beijou a namorada em uma tarde de domingo na Avenida Beira-Mar, ponto turístico de Florianópolis frequentado por moradores e turistas. Foi quando apareceu um homem mais velho, perto das duas. “Ele nos olhou com raiva e fechou o punho, começou a perguntar se achávamos aquilo correto. Se aquilo era certo.” Ele repetiu a pergunta para as duas algumas vezes, dizendo também que casais homoafetivos eram errados. “Ele parecia estar com tanta raiva que não conseguia formar frases completas, só repetia a pergunta e falava que casal só podia ser de homem e mulher.” Com medo, as duas ficaram caladas, esperando ele ir embora. “Se eu tivesse dito qualquer coisa, teria apanhado. E era de tarde ainda, na Beira-Mar, cheio de famílias, bem a imagem da Ilha da Magia”, ela diz, com a voz trêmula. “E eu agora tenho medo, eu nunca fui preocupada, mas eu tenho sentido medo. Medo de beijar ela em público depois disso.”

Alice foi ao banco retirar o dinheiro que havia recebido por sua atuação em um curta metragem. Ao ser atendida, foi chamada pelo funcionário por seu nome de registro. Sua produtora, que a acompanhava, corrigiu o atendente, que mesmo assim insistiu, pediu pelos documentos e continuou se referindo a ela pelo nome errado, o de registro e não o nome social. “Ela deve ter corrigido ele umas seis vezes. Depois de um tempo ele só não falou mais nenhum nome”, conta. “Ele não dava a mínima, acho que só parou por medo de que a gente fizesse algo.” Alice agradece à produtora, que a defendeu no momento: “Eu não consigo fazer nada quando passo por isso, eu só me sinto horrível e deus.”

Casos como esse se repetem com frequência na comunidade LGBT de Florianópolis. Dos eventos mais graves às situações mais sutis e veladas, todos os LGBTs que foram entrevistados pelo jornal **Zero** relataram situações que os tenha feito sentir desconfortáveis, oprimidos ou agredidos. Henrique estava beijando um rapaz em uma festa quando um segurança ameaçou botá-los para fora se não parassem. Luciana precisou, mais de uma vez, se esquivar de homens que a assediaram e à namorada em festas. Leonardo sentiu medo de responder ao motorista do Uber que insultava um casal homossexual que anteriormente havia conduzido como passageiro. Situações parecidas ocorreram com Bianca, Tainá, Renan, Lívio, Manoela, Carlos, Matheus, Leo. Todos têm uma história semelhante.

É muito comum entre a comunidade LGBT, principalmente os que vivem fora de Santa Catarina, ouvir sobre como Florianópolis é uma cidade **LGBTfriendly** (amigável a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis). Entretanto, a realidade dos moradores LGBT da ilha é bem diferente. Além de atitudes homofóbicas que se repetem quase que diariamente, três casos de assassinatos violentos de mulheres transexuais chegaram às manchetes nacionais só nos últimos meses: foram mortas Jenni, Kamylla e Tania.

Sem amparo estatal efetivo à população LGBT na cidade, existem instituições que se dedicam diariamente a prestar esse serviço. É o caso da Associação de Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), uma organização não-governamental que atua há 25 anos em Florianópolis no acolhimento psicológico, jurídico e social a pessoas vítimas de violência. Segundo a coordenadora-geral Lirous K'yo Fonseca Ávila, cerca de 70 casos de agressão a LGBTs chegam até eles por mês. “Florianópolis seria **LGBTfriendly** se existisse uma forma de as leis serem garantidas à população LGBT, se houvesse aparelhos do Estado que fizessem esse acolhimento, principalmente às vítimas de violência, se a gente tivesse discutindo sobre LGBTs nas escolas e nas universidades de uma forma ampla e aberta para desconstruir preconceitos. Mas, de fato, nada acontece.”

Diante de tal cenário, como Florianópolis, que parece ser tão violenta para as minorias sexuais, tornou-se então conhecida por ser **LGBTfriendly** no resto do Brasil? Grande parte dos entrevistados parece ter a mesma resposta: propaganda. Nos anos

1990, existiam grandes festas direcionadas ao público LGBT - na época chamado de GLS - que movimentavam o comércio, as casas noturnas e os hotéis da cidade durante o verão. Em 2006, teve início a Parada do Orgulho LGBT.

O mês do Orgulho LGBT é comemorado em junho no Brasil e em vários outros países. O motivo é uma referência às Revoltas de Stonewall, ocorridas em junho de 1969, quando frequentadores LGBTs de um bar nos Estados Unidos enfrentaram violentamente a opressão policial. O evento desenvolveu-se até os dias de hoje em uma luta constante pelos direitos dessa população. A data exata da comemoração é 28 de junho, que passou a ser conhecida como Dia Internacional do Orgulho LGBT. Em Florianópolis, a Parada do Orgulho LGBTI+ foi organizada para acontecer no domingo mais próximo do feriado de 7 de setembro, como forma de atrair turistas durante o feriado geralmente prolongado em um período de inverno, ou seja, de baixa temporada.

Para o membro da Comissão permanente de organização da Parada do Orgulho LGBTI+, Alexandre Bogas, mais importante que o evento em si é o mês da diversidade. Entretanto, a participação nas atividades organizadas é mínima. “O brasileiro é educado para não se envolver em nada que é político. Quando é pra festa, a galera vai, mas em seminário, bate-papo, discussão de filme, aparecem cinco, dez...”, lamenta Alexandre.

Intervenções políticas dentro de eventos como a Parada também são alvo de crítica. Carla Ayres, do Grupo Acontece - Arte e Política LGBT, conta que há resistência muito grande em criar momentos dentro da festa para politizar as pessoas. “Há boa parte da organização inclusive que não quer falar de política, como se estar na rua já não fosse um ato político. Existe essa tensão dentro do movimento, de entender política como posição partidária.”

Jenn Lopez, que faz parte da organização da Parada do Orgulho LGBTI+ e da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), alerta para a importância do engajamento político na vida da população LGBT jovem, que, segundo ele, tem crescido muito nos últimos anos. “Eu tô com 38 anos, gente, mais de 20 anos de movimento social”, afirma. “O público jovem vem com muito afinco, mas não vem politizado e isso é um grande problema. Eles têm que exigir os direitos e começar a lutar por eles, porque daqui a pouco os tiozinhos se aposentam, e quem fica? Eu tô meio cansadão já”, acrescenta.

Políticas públicas

“Nós sabemos que Florianópolis é **gay-friendly** só para atrair turista, né? É uma imagem figurativa para turista ver”, aponta Guilhermina Cunha, presidenta do Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Florianópolis (CMDLGBT), criado em 2016. Ela conta que não existe política pública para LGBT na cidade. “E não é só a nível municipal, é no estado. O Conselho Municipal LGBT é o único desse estado”, acrescenta.

“Ele falava como se eu tivesse me metido em uma briga de rua. Eu não me meti em briga, eu fui agredido”





É difícil dimensionar os números de casos de LGBTfobia no município. “A segurança pública do estado não quer trabalhar no mesmo fluxo da nacional. Nós temos denúncias no Disque 180 e no 100 que não nos chegam porque aqui a gente não tem ninguém que atenda a isso. Santa Catarina sempre esteve fora das estatísticas, porque os números não chegavam. Sabe quem atendia o fluxo do disk 100 aqui? A ADEH. E muitas vezes no meu celular, quando eu estava lá”, ressalta Guilhermina.

Dois projetos de lei direcionados à segurança da população LGBT em Florianópolis, aprovados pela Câmara Municipal em dezembro de 2016, foram vetados pelo prefeito Gean Loureiro no mês seguinte. Um deles era o PL 16.904/2016, que visava tornar mais rígida a punição para atos de homofobia. O outro, PL 16.704/2016, reconhecia o uso do nome social.

No final de 2016, foi elaborado em Florianópolis o II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que conta com sete eixos voltados ao combate à LGBTfobia e à promoção da cidadania dessa população. “Um dos melhores planos de políticas públicas municipais do Brasil”, ressalta Guilhermina. Entretanto, o plano ainda não foi implementado, pois aguarda a assinatura do prefeito.

A segurança dessa população é ausente até mesmo em locais voltados a esse público, o que é destacado por Guilhermina. “Nós não temos mais tranquilidade nem nos próprios locais considerados guetos LGBT. Há homofóbicos, lesbofóbicos, bifóbicos e transfóbicos entrando em tudo quanto é lugar, inclusive em boates gayfriendly.”

Pink Money

As casas noturnas, localizadas principalmente no centro da cidade, que muitas vezes possuem a sua imagem relacionada ao público LGBT, continuam apresentando casos de agressão e assédio. Mesmo aquelas que possuem equipes treinadas para lidar com tais ocorrências não conseguem se constituir como um ambiente livre de preconceitos. Henrique, aluno de Relações Internacionais da UFSC, estava em uma dessas casas noturnas com outro rapaz quando teve sua atenção chamada pelo se-

gurança. “Ele simplesmente caminhou até a gente, nos cutucou e disse que tínhamos que parar. Sendo que não estávamos fazendo nada demais, só beijando”, conta o estudante. No dia seguinte, Henrique enviou uma reclamação para a página da casa no Facebook, porém nunca recebeu resposta.

Em muitos desses locais, a imagem de LGBTfriendly surge por conta do público, mesmo sem ter sido abraçada pelo estabelecimento. “Tem muita balada que não levanta a bandeira, mas adora fazer festa para o público LGBT. Porque a partir do momento que uma pessoa LGBT entra em uma festa ela tá gastando dinheiro, tá alimentando o *pink money*”, diz João, estudante de Arquitetura. *Pink Money* é o termo utilizado para se referir às instituições que utilizam de imagem amigável ao público LGBT para lucrar em cima dos indivíduos da comunidade, mas que pouco fazem para mudar as suas políticas internas relacionadas a esses indivíduos.

“A gente vê o pessoal jovem nas festas, eles gastam muito dinheiro, bebem muito e acham tudo maravilhoso”, diz João. “Eles gostam porque ficam amigos das pessoas que trabalham lá, porque ganham VIP, mas até quando? Falta conscientização.” Pela falta de opções, esses locais continuam sendo bastante frequentados, mesmo com o aumento de um público hostil. “O público LGBT é muito fiel”, afirma João. “Quando ele vai em um lugar, ele continua indo e ele nunca vai sozinho. Ele leva todos os amigos, então os donos gostam. Eles chamam,

“**Nós**
sabemos que
Florianópolis é gay-
friendly só para atrair
turista, né? É uma
imagem figurativa
para turista ver”

ficam na porta chamando ‘Venham gente, vamos se divertir, mas gastem dinheiro!’”

Para João, o foco deve ser a conscientização da comunidade LGBT, especialmente os jovens. “O que a gente mais tem é LGBT andando em bando, com medo de se mostrar.” Com a imagem da comunidade tão associada às festas, muitas vezes é esquecida a importância política de se ocupar os espaços, sejam eles casas noturnas, ruas ou universidades”, destaca João. “Assédio tem em todo lugar. Se correr o bicho pega e se ficar o bicho come, mas se a gente se unir o bicho foge.”

Em alguns casos, nem mesmo andar em grupo evita casos de LGBTfobia. No dia 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica, Mariana, de 23 anos, caminhava com um grupo de amigas para uma festa que ocorreria na rua Menino Deus. Eram quase 30 meninas, caminhando juntas pela avenida Hercílio Luz, no centro da cidade. Quase chegando à festa, foram abordadas por um homem, que se dirigiu ao grupo proferindo xingamentos. “Eram muitos xingamentos, muito pesados. Todos direcionados ao fato de sermos lésbicas. E não tinha nenhum casal se abraçando ou se beijando. Não que isso devesse importar.”

O homem continuou os xingamentos, acompanhando o grupo pela rua, até que algumas moças responderam. Mariana não viu o que aconteceu, mas disse que logo após a resposta ele aumentou o tom e todas se calaram, apressando o passo até chegar na entrada da festa, onde havia seguranças. Lá, uma das garotas ligou para a polícia para fazer a denúncia.

Foi quando Mariana escutou o que havia acontecido: após uma das moças ter respondido, o homem mostrou que carregava um facão e a ameaçou. “O que eu senti foi medo, impotência, frustração e surpresa, porque eu nunca tinha vivido uma situação assim. Por mais que a gente sofra lesbofobia de diferentes maneiras, desde discursos velados até olhares, nunca tinha acontecido uma coisa dessas com a gente em bando”, relata Mariana. Ao encontrarem uma viatura, elas denunciaram o homem e a resposta que ouviram dos policiais foi que não poderiam fazer nada, pois ele já havia ido embora.

Contradição:

Florianópolis é conhecida por ser LGBTfriendly, mas a realidade não é tão amigável assim. Não existe política pública para LGBTs na capital. Casos de homofobia são frequentes, e nos últimos meses houve três assassinatos violentos de mulheres transexuais. Foram mortas Jenni, Kamylla e Tania.



Casamentos homoafetivos

Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) homologou a resolução N° 175, que obriga os cartórios a realizarem casamentos de casais homoafetivos ou converter suas uniões civis em casamento. Esta resolução levou em consideração o parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) de inconstitucionalidade na “distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo”, o que permitiu que casais homoafetivos pudessem registrar união estável desde 2011.

Essa decisão, segundo a advogada e presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB/SC Margareth Hernandez, partiu da interpretação de que a Constituição não proíbe a celebração destes casamentos, portanto, eles são legais. “O artigo 226 diz que o casamento é uma união estável entre homem e mulher, só que ele não diz que é somente entre homem e mulher. Então há essa lacuna da Constituição, que não veda o casamento entre pessoas do mesmo sexo”, disse Margareth. “Já que a Constituição não proíbe, então pode”, acrescenta.

No entanto, nem todos os juristas partilham dessa interpretação e Florianópolis é citada pelo CNJ como “uma das cidades onde a recusa [de solicitações de casamentos homoafetivos] tem sido sistemática”. Desde de que a resolução do CNJ entrou em vigor, diversos casais homoafetivos de Florianópolis tiveram os seus casamentos impugnados pelo promotor da 13ª Promotoria da Comarca da Capital, Henrique Limongi. Alexandre Bogas conta que ele e o marido Fabrício precisaram recorrer da impugnação, e a certidão de casamento, que para os casais heterossexuais ficam prontas em média em 15 dias, levou três meses para ser obtida.

Segundo Margareth, os argumentos do promotor são facilmente derrubados. “É completamente legal e constitucional perante o entendimento do STF. Trata-se da Suprema Corte brasileira, que é a guardiã da Constituição e defende os princípios da Constituição, se ela está dizendo que pode, quem é o seu Henrique Limongi para dizer que não?” No entanto, ela confirma que as ações dele causam transtor-

nos aos casais, que precisam contratar advogados para fazer a defesa de seus casamentos na Justiça.

Margareth ressalta que “o problema é que nós não temos legislação nenhuma a favor do LGBT. Nós temos decisões do Poder Judiciário, que são e devem ser obedecidas pelos tribunais de primeira e segunda instância.” Enquanto os direitos dos casais homoafetivos não estiverem assegurados pela lei, haverá contestações.

Para que não exista margem para interpretação neste caso, o texto constitucional deveria ser alterado, o que só poderia ocorrer através de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que deve ser votada nas duas casas do legislativo para ser aprovada ou, então, em um Projeto de Lei (PL). Como o PL 612/2011 da senadora Marta Suplicy, que está pronto para deliberação no plenário desde fevereiro deste ano.

Enquanto isso, os casais homoafetivos de Florianópolis vivem na incerteza. O promotor recorreu da decisão da Justiça de aprovar os casamentos impugnados por ele e este ano fez pedidos de anulação. Os casais foram intimados e devem novamente contratar advogados para preparar a sua defesa.

De acordo com informações do site do CNJ, a recomendação aos casais homoafetivos que não conseguirem realizar o casamento civil é reivindicar junto às Corregedorias-Gerais de Justiça. Caso o direito não seja atendido, a orientação é recorrer à Corregedoria Nacional de Justiça, por meio de petição. “Há duas semanas eu recebi uma ligação do cartório do Pântano do Sul perguntando meu endereço novo, porque eles receberam uma intimação do Ministério Público”, contou Alexandre. “Estou aguardando, porque talvez possa chegar alguma coisa em casa ainda, mas estamos com medo.”

Resposta do promotor

O Zero entrou em contato com o promotor Henrique Limongi para que ele pudesse dar a sua visão sobre o caso. Na resposta disse que “Já recusei, através de nossa assessoria de imprensa, dezenas de pedidos de entrevista – inclusive da chamada ‘grande mídia’ do centro do país – sobre o

tema, caro jornalista. É postura que não comporta exceção. Tenho por princípio, desde sempre, não ‘conversar’ sobre os processos – são milhares – que me caem às mãos. Minhas convicções, jurídicas e somente jurídicas, estão nos pareceres que emito. Assim, só ‘falo’ nos autos.” **Z**

Locais de Acolhimento aos LGBTs

Associação de Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH):

A Associação promove rodas de conversa quinzenais com LGBTs e seus familiares, amparo a pessoas que são expulsas de casa, inserção da população trans no mercado de trabalho. Também são oferecidas diversas aulas, como teatro, escrita de projeto, maquiagem, italiano. A ADEH está localizada na Rua Trajano, 168, sala 303 - Centro. Telefone: (48) 3371-0317.

Instituto Arco-Íris:

Fundado em 1997, o Instituto trabalha no amparo e desenvolvimento de pessoas em vulnerabilidade social, como pessoas LGBT, profissionais do sexo, pessoas privadas de liberdade, e pessoas em situação de rua. Está aberto diariamente, com programações variadas, desde rodas de conversa, exposição de filmes, oficinas de arte e debates. O instituto se localiza na Travessa Raticliff, 56 - Centro. Telefone: (48) 3333-3103.

Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da UFSC (SAAD):

A SAAD presta atendimento psicológico na Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CD-Gen) para pessoas LGBT da UFSC. SAAD e a CDGen estão localizados no Campus da Trindade. Piso térreo – Reitoria. Telefones: (48) 3721-5946 e (48) 3721-5947

Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero OAB/SC:

É uma Comissão que se propõe a conscientizar a comunidade LGBT sobre seus direitos, fazer o debate acerca de questões de gênero e sexualidade para a população, cobrar políticas públicas do estado, apoiar os movimentos sociais LGBT e promover eventos sobre o tema. Acesse o site da Comissão em: www.oab-sc.org.br/comissoes-apresentacao-32

Casamento:

Florianópolis é uma das cidades onde a recusa de casamentos homoafetivos tem sido sistemática. Diversas uniões foram impugnadas pelo promotor da 13ª Promotoria da Comarca da Capital, Henrique Limongi. A foto é do casal, Alexandre e Fabrício, que também teve a união impugnada pelo promotor.

Cinco anos da PEC que garantiu direitos aos domésticos

Ano de 1974. Na praia, Maria Isabel Gonçalves Arsênio, com oito anos de idade na época, enquanto brincava recebeu uma oferta de serviço como empregada doméstica em troca de casa e comida. Fugindo das condições precárias da residência da mãe, ela aceitou o convite e só deixou o emprego aos 16 anos, quando teve seu primeiro filho, André Gonçalves Fernandes da Silva. “Fui para a maternidade, eles me levaram. Saí da maternidade, eles contrataram outra pessoa”. Antes de dispor de direitos trabalhistas como avisos prévios, impedimento do trabalho infantil e limite de jornada de trabalho, o emprego doméstico tinha então pouca proteção da lei e era completamente desvalorizado. A história de Maria é igual a de muitas brasileiras que trabalharam como domésticas por anos, sem qualquer regulamentação específica que lhes garantisse direitos iguais aos dos demais trabalhadores. Hoje, com 52 anos e mais dois filhos, Maria é formada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e trabalha há dois anos como cuidadora, agora amparada por leis trabalhistas.

Em abril de 2013, a Proposta à Emenda Constitucional n.º 66, conhecida pelo apelido de PEC das Domésticas, foi promulgada, transformando-se na Emenda Constitucional n.º 72. Com estimados sete milhões de trabalhadores domésticos no Brasil - o maior número entre todos os países -, a PEC foi proposta para cumprir obrigações internacionais com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2011, na 100ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), em Genebra, na Suíça, a Convenção de Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos orientou “medidas para assegurar a promoção e a proteção efetivas dos direitos humanos de todos trabalhadores domésticos”, como consta no documento.

Assim, a PEC surgiu para garantir aos trabalhadores domésticos - empregadas, caseiros, cuidadores, jardineiros, entre outros - direitos básicos e mínimos que já eram estendidos às demais profissões brasileiras. Excluídos da Constituição de 1988, o texto da nova lei igualou os direitos dos domésticos aos dos trabalhadores rurais e urbanos. Diversos artigos foram adicionados, delimitando a jornada de trabalho para 8h diárias e 44h semanais, estabelecendo o pagamento de horas extras e exigindo controle de horário com ponto, por exemplo. Após a PEC, a Lei Complementar n.º 150 alterou mais artigos relacionados à seguridade social, planos de benefícios da Previdência Social, incentivos fiscais para



a inovação tecnológica, impenhorabilidade do bem de família, legislação do imposto de renda das pessoas físicas, entre outros.

Apesar das conquistas, o trabalho doméstico ainda é muito discriminado no Brasil. O preconceito remonta à herança escravocrata do país, que por mais de três séculos e meio manteve escravos realizando também tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e cuidar dos filhos dos senhores da Casa Grande. Bernadete Silva, 61 anos, trabalhou como doméstica desde os nove anos de idade e percebia a discriminação no tratamento de alguns patrões. “Não era nem época de escravidão, mas queriam me fazer de escrava. Escravidão era da época da minha avó, hoje em dia eles não poderiam me tratar do mesmo jeito”, protesta. Análoga a essa relação de trabalho, o emprego doméstico teve sua primeira regulamentação em 1972. O então presidente Emílio Médici promulgou a Lei n.º 5.859, que, entre outros artigos, apresentava os critérios para a admissão do trabalhador. Eram eles: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), comprovante de saúde, caso solicitado, e atestado de boa conduta, no qual se verificavam os antecedentes criminais.

A juíza Ângela Konrath, da 6ª Vara do Trabalho de Florianópolis, para a condição dos trabalhadores domésticos, usa a expressão “reprodução de desigualdades”. Nesse cenário é comum emprega-

dores de domésticos receberem todos os benefícios trabalhistas aos quais têm direito em suas profissões, mas, quando vão contratar alguém para trabalhar em sua residência, não querem estender tais benefícios por não considerarem o trabalho doméstico digno de formalização. Por exemplo: a Lei Complementar entende que o empregado doméstico tem direitos trabalhistas se exerce suas funções pelo menos duas vezes por semana na mesma casa. “Há pessoas que contratam duas faxineiras para trabalharem dois dias por semana cada uma, para não reconhecer o direito dessas pessoas. É uma violência”, enfatiza a juíza.

Uma das formas de viabilizar o contato regularizado e justo entre os patrões e empregados domésticos é através das agências de emprego. Nesse contexto, a empresa familiar Doméstica Ponto Com funciona há 25 anos em Florianópolis. Kassibra Sene administra o negócio junto com seu pai e irmã, no qual cadastram currículos em seu banco de dados e os relacionam com a procura de solicitantes online, que podem determinar a idade, carga horária, funções e hábitos dos candidatos que procuram. A empresa realiza uma pré-avaliação dos currículos, por meio da qual pesquisa os antecedentes criminais e o quadro familiar do aspirante à vaga.

Caso os candidatos sejam contratados, a Doméstica Ponto Com recebe 70% do valor do primeiro salário. “A gente sempre informa que uma boa empregada doméstica ganha cerca de R\$ 1.500,00. Menos que isso a gente não consegue encontrar no mercado. Chegamos a colocar anúncio com salário de R\$ 1.200,00 e as empregadas não aceitam”, relata Kassibra. Entretanto, não são todos os empregados que são aprovados pelo exigente processo de seleção. Para serem aceitos na pré-avaliação e terem a chance de concorrer a salários decentes, os candidatos devem ter boas referências anteriores e Carteira de Trabalho assinada, o que não é o caso de muitos dos domésticos. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as mensalistas informais representavam quase 17% das empregadas domésticas de São Paulo, em 2017.

O básico: A juíza Ângela Konrath reforça que os direitos adquiridos através da PEC 72 não podem ser negados e deveriam ter sido concedidos há muito tempo.

“Pessoas contratam duas faxineiras para trabalhar dois dias por semana cada, para não reconhecer o direitos delas”

Após conquistas com a PEC 72, trabalhadores perdem garantias com a Reforma Trabalhista

Mudanças na CLT

A Reforma Trabalhista de 2017, que alterou artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), também trouxe mudanças para os trabalhadores domésticos. A advogada do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Florianópolis, Maria Teresa Wiethorn, aponta, como um grande retrocesso dessas mudanças, o pagamento dos advogados dos patrões, caso o trabalhador perca a ação judicial contra eles. A nova lei diz que o empregado que agir com atitude considerada de “má-fé” judicial deverá indenizar a parte contrária e arcar com todas as despesas do processo.

Segundo a advogada, os novos artigos desencorajam os empregados a entrar com ações, já que se sentem amedrontados com a possibilidade de assumir todos os custos. Maria Teresa afirma que, depois da Reforma Trabalhista, a procura pelo sindicato reduziu em um terço. Pauliana Maria Nascimento, empregada doméstica de 29 anos, sentiu o receio de processar sua patroa na pele. Depois de se mudar do interior de Pernambuco para Florianópolis em busca de emprego, ela acabou trabalhando em uma casa de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, sem Carteira de Trabalho assinada. Sempre pedia que fosse regularizada, mas a empregadora não aceitava. Trabalhou por quase oito meses sem formalização porque precisava do dinheiro para se manter e contribuir com o sustento de seus quatro filhos, que ficaram em Limoeiro, Pernambuco.

Mesmo sem saber o que é a PEC das Domésticas, Pauliana tinha noção de seus direitos. Ela esteve doente por uma semana, com dores de cabeça e pelo corpo. A suspeita do médico é que os incômodos estivessem relacionados ao tempo que ela ficava com a cabeça baixa enquanto trabalhava. Com atestado em mãos, ela teve que faltar ao serviço. A patroa não gos-

tou e a mandou embora. Concordeu em demiti-la sem justa-cause e solicitou que Pauliana procurasse um contador para acertar as contas. Quando a empregada mandou o valor para patroa pelo aplicativo *Whatsapp*, ela disse que não tinha como pagar, mesmo morando em uma casa com sete banheiros e cinco quartos. Logo parou de retornar as mensagens. Agora, Pauliana vai entrar com processo judicial - mas só porque está amparada pelo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos e possui a documentação das conversas via celular, podendo assim provar efetivamente o que aconteceu. “Ela vem dizer que não tem condições de me pagar. Eu acho isso uma tremenda sacanagem da parte dela, porque condições ela tem, sim. Ela é psicóloga e o esposo dela é advogado”, desabafa Pauliana, que tem certeza de que ambos conhecem bem as leis.

A juíza Ângela Konrath também aponta a mudança desse aspecto da lei como um “constrangimento do acesso à Justiça”. Com relação a outras alterações, ela acredita que a Reforma não tenha alterado os direitos conquistados pela PEC e pela Lei 150, salvo situações análogas à CLT. “Os direitos ganhos com a PEC são direitos que elas deveriam ter há muito tempo, algo que não pode ser negado. A Reforma Trabalhista não tinha o que tirar, o que é reconhecido é o mínimo”, afirma.

O deputado federal Carlos Bezerra (PMDB-MT) foi o autor da PEC das Domésticas de 2015. “Essa lei transformou a vida de milhões de pessoas direta e indiretamente, dando dignidade, proteção e direitos”, afirma o deputado. Em 2017, ele votou a favor da Reforma Trabalhista.

A lei na mídia

No cinema, o filme “Que horas ela volta?” conta a história de Val, uma empregada doméstica pernambucana que deixou

sua filha Jéssica com parentes em seu estado natal e se mudou para São Paulo, onde trabalhou por anos na casa da mesma família. O longa, lançado em 2015 e escrito e dirigido por Anna Muylaert, ganhou reconhecimento internacional tendo vencido, entre outros prêmios, o Festival de Sundance pela atuação de Regina Casé e Camila Márdila, que interpretam Val e Jéssica no longa. Durante uma exibição comentada do filme, realizada na sede paulistana do Instituto Moreira Salles, Anna destacou distintas interações do público à obra. “O filme tinha duas reações um pouco diferentes, tinha quem dava risada. Por exemplo, na pré-estréia do filme, várias pessoas deram risada. Em alguns bairros, mais de periferia, as pessoas aplaudiam. Era muito clara a diferença de interpretação”, explicou.

Para dar voz às “Vals” da vida real, Joyce Fernandes criou em 2016 a página “Eu Empregada Doméstica”. O portal no Facebook, com 164 mil curtidas, reúne mais de sete mil relatos anônimos dessas trabalhadoras, em sua maioria associados a abusos de patrões. Joyce, que trabalhou como doméstica por nove anos - antes mesmo de existir uma regulamentação como a da PEC -, afirma receber em média 20 e-mails por dia, encaminhados pelas próprias empregadas ou por seus parentes mais novos. “Mesmo com a criação da PEC hoje, ainda não existe fiscalização em todos os lares. O trabalho doméstico tem que deixar de ser hereditário para as mulheres pretas. Minha avó foi empregada doméstica, eu fui, minha mãe também foi”, lamenta. “Muitas vezes, não é nosso lugar de escolha. É o que sobra”, acrescenta. Atualmente, usando o nome artístico Preta Rara na internet, Joyce administra também o grupo “Ocupação GGG”, que empodera mulheres gordas, além de atuar como rapper compondo músicas como “Audácia”, “Falsa Abolição” e “Conto de Fadas”. **Z**

Comparativo: antes e depois da “PEC das Domésticas”

Antes	Depois
Lei n.º 5.856 de dezembro de 1972.	Emenda constitucional n.º 72, de abril de 2013.
Primeira regulamentação de direitos dos trabalhadores domésticos.	Incluiu na categoria todos que prestam serviço remunerado no âmbito residencial por mais de dois dias na semana.
Incluía benefícios como férias anuais remuneradas de 30 dias, inclusão no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 13.º salário.	Transformada na Lei Complementar n.º 150 em 2015, as novas regras discorrem sobre a carga horária de 8h diárias e 44h semanais e benefícios como a hora extra paga em dobro.
Além de CLT e exame admissional de saúde, era solicitado atestado de boa conduta e certidão negativa civil e criminal.	A Lei Complementar também mudou leis de seguridade social, planos de benefícios da Previdência, entre outros.

IMAGENS: FREEPICK & FLATICON

Alterações na lei

Por meio da Lei n.º 13.467 de 2017, a Reforma Trabalhista mudou o que previa a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1º de maio de 1943. Também acrescentou a Responsabilidade por Danos Processuais, disposta na Seção IV-A. Agora, os trabalhadores - incluindo os domésticos - podem receber multa caso percam uma ação judicial contra seu patrão. A nova lei diz que o empregado que agir com atitude considerada de “má-fé” judicial deve indenizar a parte contrária - ou seja, o empregador - “pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”.

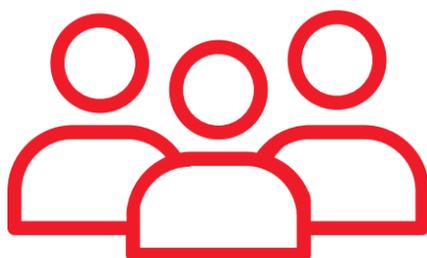
Perfil do eleitorado catarinense

Conheça a população que irá escolher seus representantes políticos nas eleições de outubro

Mais de 5 milhões de catarinenses estão aptos a ir às urnas exercer o direito ao voto nas eleições de 2018. É a primeira vez que o estado alcança a marca - nas últimas eleições, em 2016, o número era de 4.985.048. Espalhados por 295 municípios e 98 zonas eleitorais, os eleitores catarinenses poderão escolher entre 9 candidatos ao cargo de governador, 14 ao cargo de senador, 244 ao de deputado federal e 462 ao de deputado estadual. Além disso, fazem parte do total de 147.302.357 brasileiros que podem votar para o cargo de presidente do país.

Como em toda eleição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou as estatísticas do eleitorado e dos candidatos. Em época de discussão sobre representatividade, as divergências entre os dados dos votantes e dos que participam da disputa eleitoral se destacam. Enquanto no eleitorado o percentual de gênero é equilibrado, com um pouco mais de representantes femininas (51,5%), o percentual dos candidatos apresenta 68,9% do gênero masculino e apenas 31,1% do feminino. Em termos de instrução, a maior parte do eleitorado apresenta o fundamental incompleto (26,31%), enquanto 59,4% dos candidatos têm ensino superior completo. Além disso, as três maiores ocupações entre os eleitores são, respectivamente, estudante (ou estagiário/bolsista), agricultor e dona de casa. Já os candidatos são predominantemente empresários, advogados e vereadores*. Confira, neste infográfico, mais estatísticas sobre o eleitorado catarinense.

*EXCLUIU-SE A OPÇÃO "OUTROS" PARA ELEITORES E CANDIDATOS.



5.070.212

É o número de eleitores aptos a votar em Santa Catarina. O valor representa 72,4% do total da população do estado.

Gênero



Colégios eleitorais mais representativos

Joinville

396.700 eleitores

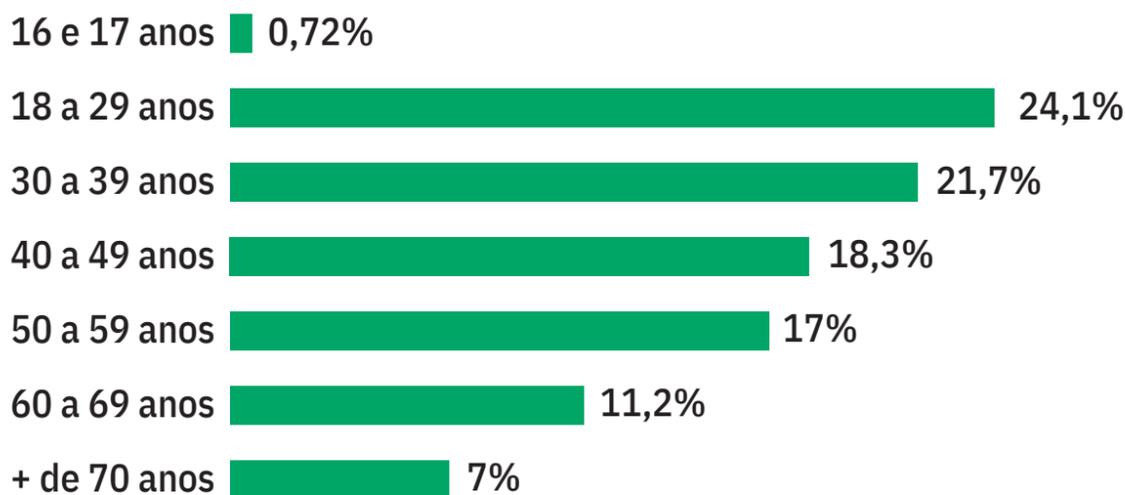
Florianópolis

343.645 eleitores

Blumenau

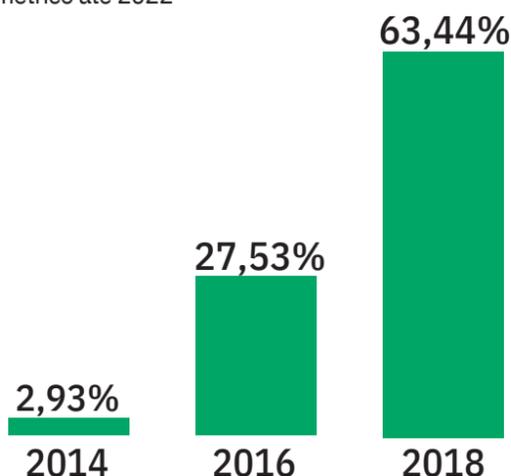
243.881 eleitores

Faixa etária

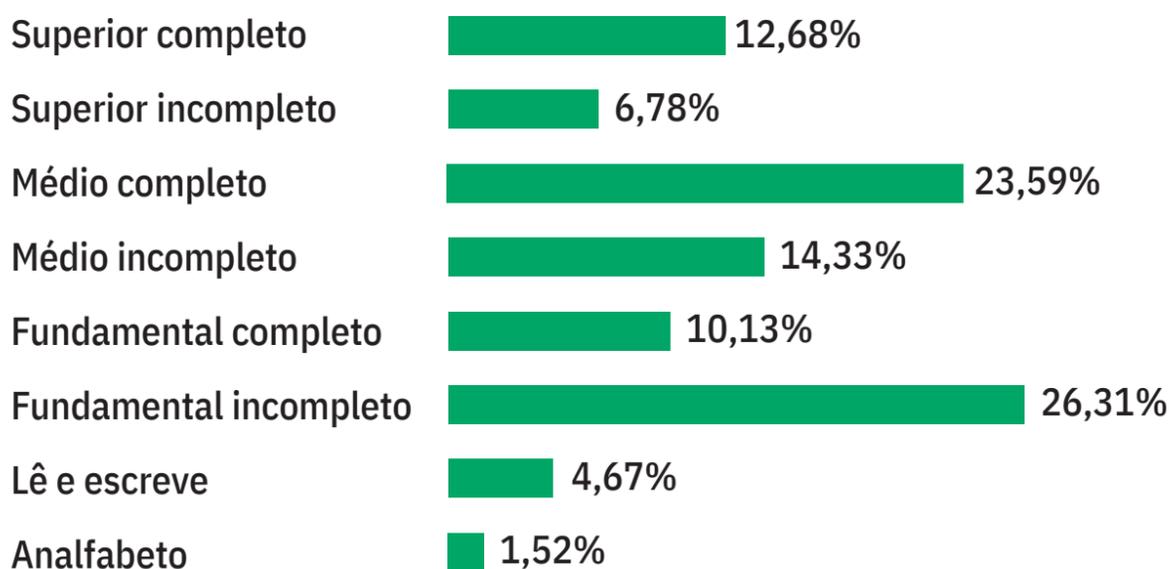


Índice de biometria

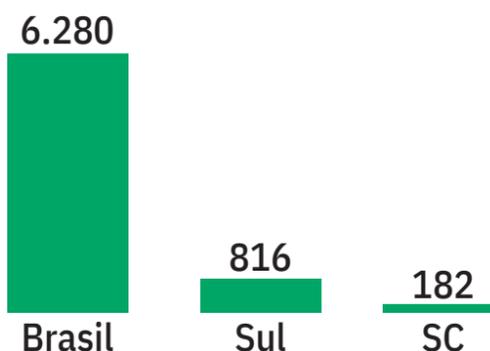
A meta da Justiça Eleitoral é implementar o cadastro biométrico até 2022



Escolaridade



Uso de nome social



Pela primeira vez no país, eleitores transexuais e travestis poderão inserir seu nome social no título de eleitor. A possibilidade foi aprovada pela Resolução 23.562/2018 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 10 de março deste ano. Em Santa Catarina, 182 pessoas incluíram o nome social em sua identificação.